

SALO DE CARVALHO
Advogado e Mestre em Direito Público - UFSC
Professor de Direito Penal e de Criminologia na Unisinos- RJ

A POLÍTICA CRIMINAL DE DROGAS NO BRASIL
do discurso oficial às razões da descriminalização

Luam Editora

Rio de Janeiro, 1996

CATALOGAÇÃO NA FONTE

C328p Carvalho, Salo de

A política criminal de drogas no Brasil: (do discurso oficial às razões de descriminalização) / Salo de Carvalho. - Rio de Janeiro: Luam, 1996.

Inclui bibliografia

1. Política de repressão às drogas - Brasil. 2. Tóxicos -Legislação - Brasil. 3. Tóxicos - Brasil. I. Título.

SUMÁRIO

Prefácio	1
Introdução	7
Capítulo I:	
A política brasileira de combate às drogas ilícitas	19
1. Brevíssima referência histórica sobre as Leis de drogas no Brasil e seu vínculo com o modelo internacional de controle	19
2. Lei 6368/76: estudo político-criminal, normativo e jurisprudencial	28
2.1. Configurações político-criminais do estatuto	29
2.2. Análise normativa e jurisprudencial	35
2.2.1. A prevenção e o tratamento	36
2.2.2. Delitos, penas e procedimento criminal	37
3. Crítica intra-sistemática ao sistema das drogas: desconstrução a partir da Teoria do Delito	49
3.1. O tipo a partir de conceito material de delito	50
3.2. Culpabilidade e valoração das (sub)culturas	62
Capítulo II:	
Incidência constitucional no sistema de repressão às drogas	77
1. O controle da legislação penal imposto pela principiologia garantidora:	
Princípios de Direito Constitucional Penal: a neo-secularização	77
1.1. Princípio da Legalidade	81
1.1.1. Princípio da Reserva Legal	81
1.1.2. Princípio da Previsibilidade Mínima	84
1.1.3. Princípio da Extratividade da 'Lex Mitior'	86
1.2. Princípio da Humanidade	87
1.3. Princípio da Ofensividade e da Presunção de Inocência	89
1.4. Princípio da Igualdade, da Intimidade e da Vida Privada	94
1.5. Princípio da Pessoalidade e da Individualização da Pena	98
2. "Jurisprudência do terror": os julgados contra a Constituição	100
3. Cláusulas criminalizantes: a consolidação legislativa da intolerância	106
3.1. "Crimes hediondos"	109
3.2. "Crime organizado"	116

Capítulo III:	
Existe uma política nacional de drogas? Configurações ideológicas do modelo político-criminal brasileiro de entorpecentes	131
1. A Defesa Social como ideologia estruturante do modelo dogmático: gênese e atualidade	131
1.1. A Ideologia da Defesa Social: características e principiologia	131
1.2. O Movimento da (Nova ou Novíssima) Defesa Social	140
2. Defesa Social, Ideologia da Segurança Nacional e Movimentos de 'Lei e Ordem': a imposição de política criminal intolerante	143
3. O modelo repressivo da década de noventa e o ingresso do Brasil na "guerra às drogas": projeções político-criminais para o terceiro milênio	159
Capítulo IV:	
Projeção da política brasileira de entorpecentes e o seu confronto com os modelos alternativos	181
1. Contextualizando as possibilidades alternativas em Política Criminal: criminalização/descriminalização	181
1.1. Descriminalização	194
1.2. Drogas: efeitos da criminalização e descriminalização	201
2. O modelo de reforma e os projetos relativos ao tráfico e uso de estupefacientes	208
2.1. O Projeto de Lei 1873/91 e as conclusões da CPI do narcotráfico (Projeto de Lei 2454/91)	212
2.2. A perspectiva preventiva do projeto elaborado pelo Confen em 1992	219
2.3. A mudança na política do Confen - Ante-projeto de 1995	225
3. Projeções à política brasileira de drogas	231
Considerações Finais	237
Bibliografia	257